

**2. RATIFICAÇÃO DA PROPOSTA RELATIVA À CELEBRAÇÃO DE UM CONTRATO DE COMODATO RELATIVO À DISPONIBILIZAÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMÓVEL À JUNTA DE FREGUESIA DE PRISCOS, PARA FINS RELACIONADOS COM A PANDEMIA COVID-19:**

Submete-se para ratificação do Executivo Municipal a decisão tomada pelo Sr. Presidente da Câmara em 24 de março, segundo a qual aprova a proposta relativa à celebração de um contrato de comodato relativo à disponibilização de um veículo automóvel à junta de freguesia de priscos, para fins relacionados com a pandemia COVID-19, que vai em anexo.

*A. do Santos.*  
*20.03.26*  
*[Signature]*

**COVID-19**

**PROPOSTA**

**CONSIDERANDO** o interesse público subjacente à necessidade de minimizar os riscos de propagação do surto de COVID-19;

**CONSIDERANDO** a necessidade de todos sermos chamados a contribuir ativamente para limitar a disseminação do **COVID-19**;

**CONSIDERANDO** a declaração pela Organização Mundial de Saúde, do dia 30 de janeiro de 2020, de emergência de saúde pública de âmbito internacional;

**CONSIDERANDO** a classificação do vírus como uma pandemia, pela OMS, no dia 11 de março de 2020, e,

**CONSIDERANDO** a declaração da situação de alerta em todo o território nacional, nos termos do Despacho n.º 3298-B/2020, de 13 de março;

**CONSIDERANDO** a declaração do estado de emergência efetuada pelo Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março;

**CONSIDERANDO** que como forma de reduzir os riscos de exposição ao Coronavírus – COVID-19 dos munícipes mais vulneráveis, a Câmara Municipal de Braga e as Juntas de Freguesia do concelho têm cooperado ativamente;

**CONSIDERANDO** que a Junta de Freguesia de Priscos não possui qualquer viatura afeta aos seus serviços,

**CONSIDERANDO** que devido à pandemia COVID19 e ao estado de emergência nacional tem que apoiar a sua população que vive mais isolada, sem retaguarda familiar, os grupos de risco e acompanhar situações de carência-económica que lhe exigem uma presença diária no terreno.

**E CONSIDERANDO AINDA QUE:**

- Nos termos dos artigos 23.º, n.ºs 1 e 2 do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, os Municípios detêm atribuições em matéria de promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações;
- Em sua concretização, conforme resulta do artigo 33.º, n.º 1 do mesmo diploma legal, as Câmaras Municipais podem deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista a assegurar a prossecução das suas finalidades, designadamente, de saúde pública e ação social;
- Compete às Câmaras Municipais a administração do seu património móvel e imóvel, sem prejuízo da competência atribuída ao seu Presidente de elaboração e manutenção do respetivo cadastro, nos termos dos artigos 33.º, n.º 1, ee) e 35.º n.º 1 d), do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;
- A prossecução das atribuições e competências municipais é norteadada por um conjunto de princípios gerais, entre os quais sobressaem os princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público, da proteção dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, e da intangibilidade das atribuições do Estado, conforme resulta do artigo 4.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

**DETERMINO** que a Câmara Municipal proceda à disponibilização de um veículo automóvel à Junta de Freguesia de Priscos, para fins relacionados com a **Pandemia COVID-19**, em regime de comodato, mediante a celebração de contrato, de acordo com a minuta já aprovada na Sessão do Executivo Municipal de 23 de março, que ressalva sempre a necessidade da sua devolução ao Município em caso de necessidade.

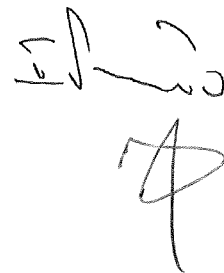
**MAIS DETERMINO** que a presente decisão, que teve que ser tomada com a urgência que o estado de emergência impõe, nos termos do nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, seja submetida à próxima reunião do Executivo Municipal, para ratificação.

**Braga, 24 de março de 2020**



**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,**

**(DR. RICARDO RIO)**



## **CONTRATO DE COMODATO DE BEM MÓVEL – VIATURAS**

**CONSIDERANDO** o interesse público subjacente à necessidade de minimizar os riscos de propagação do surto de COVID-19;

**CONSIDERANDO** a necessidade de todos sermos chamados a contribuir ativamente para limitar a disseminação do COVID-19;

**CONSIDERANDO** a declaração pela Organização Mundial de Saúde, do dia 30 de janeiro de 2020, de emergência de saúde pública de âmbito internacional;

**CONSIDERANDO** a classificação do vírus como uma pandemia, pela OMS, no dia 11 de março de 2020, e,

**CONSIDERANDO** a declaração da situação de alerta em todo o território nacional, nos termos do Despacho n.º 3298-B/2020, de 13 de março,

### **E CONSIDERANDO AINDA QUE:**

- Nos termos dos artigos 23.º, n.ºs 1 e 2 do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, os Municípios detêm atribuições em matéria de promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações;
- Em sua concretização, conforme resulta do artigo 33.º, n.º 1 do mesmo diploma legal, as Câmaras Municipais podem deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista a assegurar a prossecução das suas finalidades, designadamente, de saúde pública e ação social;
- Compete às Câmaras Municipais a administração do seu património móvel e imóvel, sem prejuízo da competência atribuída ao seu Presidente de elaboração e manutenção do respetivo cadastro, nos termos dos artigos 33.º, n.º 1, ee) e 35.º n.º 1 d), do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;
- A prossecução das atribuições e competências municipais é norteadada por um conjunto de princípios gerais, entre os quais sobressaem os princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da

Handwritten signature and initials.

2. O comodante poderá denunciar antecipadamente o contrato, em caso de necessidade de utilização da viatura para outras finalidades consideradas prioritárias, devendo tal denúncia, ser devidamente fundamentada, e comunicada ao comodatário com a antecedência mínima de 5 dias.

**Cláusula Terceira**  
**(Conservação e Manutenção)**

1. O comodatário compromete-se a guardar e conservar a viatura em perfeito estado de segurança e funcionalidade, obrigando-se a devolvê-la, findo o prazo do contrato, no estado em que a recebeu, salvo as deteriorações inerentes ao decorrer do tempo e ao uso normal da viatura.
2. Em caso de deterioração casual, O comodatário será responsável no caso de se verificar que estava em seu poder evitá-la, ainda que com sacrifício de coisa própria de valor não superior.

**Cláusula Quarta**  
**(Encargos do Comodatário)**

É da responsabilidade do comodatário a assunção dos seguintes custos decorrentes da utilização dos veículos:

- Combustível;
- Manutenção programada;
- Limpeza e lavagem;
- Pagamento de portagens;
- Pagamento de multas ou coimas por violação das regras de condução.

**Cláusula Quinta**  
**(Encargos do Comodante)**

É obrigação do comodante a realização da inspeção periódica dos veículos cedidos ao abrigo do presente contrato.

alterado ou modificado, exceto mediante acordo posterior subscrito pelos representantes autorizados de ambas as partes.

O presente contrato integra os seguintes anexos:

- Anexo I: Listagem das viaturas
- Anexo II: DUC da viatura cedida ao abrigo do presente contrato
- Anexo III: Comunicação à seguradora dos condutores

O presente contrato é feito em dois exemplares, ambos valendo como originais, os quais vão ser assinados pelas partes, sendo um exemplar entregue a cada uma delas.

Braga, 24 de março de 2020

**PELO PRIMEIRO OUTORGANTE, Comodante,**



(O Presidente da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Rio)

**PELO SEGUNDO OUTORGANTE, Comodatário,**



(Presidente da Freguesia de Priscos, Israel Pinto)

O presente contrato foi aprovado em reunião de Câmara realizada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ , cuja deliberação se arquiva.